

PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DAS ESCOLAS DE MAGISTRATURAS PARA FINS DE RECONHECIMENTO JUNTO AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Adriana Carla Silva de Oliveira *

RESUMO

A pesquisa tem por finalidade descrever os procedimentos necessários para o credenciamento junto ao Ministério da Educação, das instituições de ensino, pertencentes à Administração Pública, especificamente as vinculadas aos órgãos da justiça, a saber, as Escolas de Magistratura, para fins da promoção e do auto-chancelamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*. Para efeito da pesquisa foi realizada uma pesquisa documental e exploratória, acerca da legislação aplicada para o credenciamento de instituições de ensino superior referente aos critérios exigidos pela Secretaria de Ensino Superior (Sesu), vinculada ao Ministério da Educação (MEC). E por fim, o processo de cancelamento da Escola de Magistratura do Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Credenciamento do MEC. Escolas de Magistraturas. Padrões de Qualidade.

1 INTRODUÇÃO

O Presente artigo visa relatar o processo de cancelamento da Escola da Magistratura baseada na atual mudança do ensino superior no Brasil.

O contexto civilizatório contemporâneo, caracterizado por rápidas transformações no mundo do trabalho, pelo avanço tecnológico dos meios de informação e comunicação, configurando a sociedade virtual e os imperativos da

* Bibliotecária Documentalista do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, lotada na Escola de Magistratura do RN. Mestre em Engenharia de Produção, Especialista em Gestão Empresarial, Bacharel em Biblioteconomia e Graduada em Direito. Atua também como docente na Universidade Potiguar. Endereço eletrônico: adrianacarla@unp.br.

reforma do Estado incidem fortemente na educação nos níveis¹: básico (infantil, fundamental e médio) e superior, tornando a missão de democratizar-se a educação cada vez mais complexa e desafiante.

A educação possibilita que os seres humanos se insiram na sociedade, historicamente construída e em construção. Sociedade que é rica em avanços civilizatórios e, em decorrência, apresenta imensos problemas de desigualdades social, econômica e cultural.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Apropriar-se dos desafios e das mudanças é, ao mesmo tempo, inserir as demandas por educação como fenômeno e prática, historicamente situados. A educação retrata e reproduz a sociedade, mas, também projeta a sociedade que se quer. Como prática histórica, a educação, tem o desafio de responder às demandas que o contexto lhe apresenta.

Nesses termos, novas demandas são exigidas das instituições educativas, sobretudo das instituições de ensino superior (IES)², em específico das universidades, preferencialmente as públicas, perpassadas, portanto, pelos desafios e mudanças da sociedade virtual, na contemporaneidade, e pela permanência das contradições de uma sociedade desigual, do não-emprego, com graves questões sociais (violência, concentração de renda, drogas, etc.).

Por seu turno, a educação em nível superior, conforme Severino (2001, p. 36) “exerce um importante papel na sociedade, sendo concebida como práxis fecundada pela significação simbólica, resultante da atuação subjetiva”. Ao consolidar a

¹ Lei 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação –, no art. 21 trata da composição dos níveis escolares em: educação básica que compreende a infantil, a fundamental, o ensino médio e a educação superior.

² A lei 9.394/1996 – Diretrizes e Bases da Educação admite uma variedade de tipos de instituições de ensino superior: universidade, centro universitário, faculdades integradas e institutos ou escolas superiores, as quais poderão ser de natureza pública e privada com ou sem fins lucrativos (comunitárias, confessionais e filantrópicas)

condição humana, contribuindo para sua integração no universo do trabalho, da sociabilidade e dos símbolos, ela é atravessada por uma intencionalidade teórica, sendo prática simultaneamente técnica, ética e política.

Com a democratização do país, no final dos anos 80 e início dos anos 90, após a queda do poder militar e a ascensão dos governos civis (José Sarney, após a morte de Tancredo Neves) e a promulgação da Constituição Federal (CF) em 1988, chamada de cidadã.

No tocante à educação em nível superior, foi estabelecido, no artigo 207 da CF, que as universidades obedeceriam aos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; autonomia, gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais de ensino, e regime jurídico único, que nivelou os ganhos de docentes e técnico-administrativos em todo o país.

Contudo as mudanças provocadas pela CF de 1988 são posteriormente “re-complementadas” por uma série de outros dispositivos (decretos, emendas constitucionais) referentes ao ensino superior, demandados nos governos, determinando que o ensino superior passe por uma diversificação institucional.

A referida mudança na educação superior foi possível com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), a qual passou a prever variados graus de abrangência ou especialização nos estabelecimentos de ensino superior, públicos ou privados.

Em suma, constata-se, a partir do percurso histórico da educação em nível superior, a grande importância e função social exercida pelas IES.

3 LEGISLAÇÃO APLICADA AO CREDENCIAMENTO

Face às mudanças no contexto do Ensino brasileiro, foram adotados novos critérios de medição da qualidade. Neste contexto, se inserem as IES e seu processo de credenciamento ou reconhecimento de cursos.

Todo processo de credenciamento junto ao Ministério da Educação (MEC) é dotado de avaliação com diversos critérios que envolvem todos os setores da instituição.

O MEC (2002) define avaliação como,

O processo avaliativo que afere a qualidade. Credenciamento, credenciamento das IES, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento são procedimentos regulatórios. Avaliação identifica um cenário aferindo sua qualidade.

Dentro do MEC, o órgão responsável por estas avaliações é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e a Secretaria de Ensino Superior (Sesu). No caso do Sinaes este é composto por quatro instrumentos de avaliação:

- A auto-avaliação institucional, realizada de forma permanente e com resultados a serem apresentados a cada três anos;
- A avaliação institucional externa, realizada *in loco* por uma comissão de avaliadores;
- A avaliação das condições de ensino (ACE), aplicada aos cursos nos casos em que a comissão de avaliação julgar necessária uma verificação;
- Processo de Avaliação Integrada do Desenvolvimento Educacional e da Inovação da Área (ENADE), que terá uma prova aplicada aos alunos, por amostragem, no meio e no final do curso em quatro grandes áreas: ciências humanas, exatas, tecnológicas e biológicas e da saúde.

Quanto aos resultados avaliativos o MEC através do Sinaes afirma que:

Para que a sociedade conheça a qualidade de cada estabelecimento de ensino e tenha parâmetros para escolher onde cursar a graduação, o cadastro de instituições e cursos conterà um dossiê completo com os dados legais, acadêmicos, censitários e avaliativos. Os resultados do Sinaes fundamentarão as decisões do MEC sobre o reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições (Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/>>. Acesso em: 24 abr 2007).

Dentro do processo avaliativo, existem vários níveis de educação, dentre eles a educação superior em nível de pós-graduação. Que também passa por processo de avaliação seja para credenciamento ou reconhecimento.

3.1 CREDENCIAMENTO DE CURSOS

O credenciamento ou criação de cursos é realizado por um processo interinstitucional junto ao MEC através da Sesu, realizada por meio de um ato legal que difere de acordo com a natureza ou organização acadêmica da instituição, podendo ser chamado de **Ato de Criação** ou **Ato de Autorização**.

De acordo com o MEC,

A situação legal deste ato é provisória e exige uma segunda etapa para o **Reconhecimento** do curso (que possui um prazo de validade). Vencendo este prazo a instituição deve proceder com a **Renovação de Reconhecimento**. É de responsabilidade da SESU/MEC, em conjunto com o Inep, a Avaliação das condições de ensino para realizar o reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos, que deve atender aos **padrões de qualidade** definidos para cada área de formação (Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/>>. Acesso em: 02 maio 2007).

No caso de Instituições de Ensino Superior³ (IES), em específico a Escolas Superiores, se aplica o Ato de Autorização que é definido como,

Ato de autorização: Necessário às instituições não-universitárias: faculdades integradas, faculdades, escolas ou institutos superiores. Neste caso elas devem submeter as suas propostas de criação dos cursos de graduação a instâncias superiores: Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação, quando forem instituições públicas federais ou privadas. Já as instituições públicas estaduais e municipais deverão submeter seus pedidos de abertura de cursos aos respectivos Conselhos Estaduais de Educação ((Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/>>). Acesso em: 02 maio 2007).

3.2 CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

A educação superior abrange, entre outros, os cursos de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização e cursos de aperfeiçoamento, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino, que está regulamentado no art. 44, III, Lei nº 9.394/96.

Ainda conforme a Lei nº 9.394/1996 em seu art. 13 afirma que,

As Instituições de Ensino Superior e as instituições especialmente credenciadas para ministrar curso de especialização em nível de pós-graduação *lato sensu* devem restringir sua atuação à unidade da Federação em que estão sediadas. (...) § 1º As universidades e outras instituições que tenham cursos de mestrado e/ou doutorado reconhecidos pela CAPES poderão ministrar cursos de especialização em nível de pós-graduação *lato sensu* fora de sua unidade federada, desde que constem dos respectivos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e evidenciem nos projetos dos cursos a existência, no local, entre outros requisitos, de corpo docente

³ Instituições de Ensino Superior (IES), entendida como Universidades, Faculdades, Centros Universitários e Escola de Ensino Superiores.

qualificado, de biblioteca especializada e material de apoio, incluindo recursos em informática e laboratórios quando for o caso.

A mesma lei, em seu art. 44, III, estabelece a abrangência e a tipologia da educação superior brasileira, mediante previsão dos seguintes cursos e programas:

Art. 44. (...) III – de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino.

Dentro desta abrangência legal, podemos dividir os cursos de pós-graduação em duas categorias: (1) da pós-graduação *stricto sensu*, composta de cursos de Mestrado e Doutorado que conferem graus acadêmicos de Mestre e Doutor; (2) da pós-graduação *lato sensu*, que abriga os cursos de Especialização – conduzindo seus concluintes à certificação de Especialistas –, excluídos aqui os de Aperfeiçoamento e outros. A primeira categoria tem suas normas de funcionamento estabelecidas pela Resolução CNE/CES nº 1/2001, de 3 de abril de 2001, do art. 1º ao art. 5º. Os cursos da segunda categoria – especificamente os de especialização, incluídos aqui os cursos designados como MBA (Master Business Administration), MBE (Master Business Economics) ou equivalentes – normatizados dos arts. 6º ao 12 da citada resolução é que são objetos de revisão por este Parecer. (Disponível no site: <http://portal.mec.gov.br/cne/>. Acesso em: 02 maio 2007).

4 PADRÕES DE QUALIDADE

Os Padrões de Qualidade é um dos instrumentos avaliativos que o MEC introduz no processo de autorização ou reconhecimento de cursos. Eles são diferenciados por áreas e pela natureza dos cursos e possuem indicadores que são mensurados através de pesos ou notas.

Estes são necessários ao reconhecimento e autorização de cursos e são elaborados pelas Comissões de Especialistas de Ensino (CEE) das diversas áreas

do conhecimento, instituídas no âmbito da Secretaria de Educação Superior do MEC (Sesu)⁴.

De acordo com a Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino e a Comissão de Especialistas de Ensino de Direito,

A gestão da qualidade de ensino envolve atividades que determinam a política, o acompanhamento, a garantia e a melhoria da qualidade no âmbito do ensino. A administração da IES deve definir e documentar sua política da qualidade coerente com as outras políticas da Instituição, e tomar providências para que sua política seja entendida, implementada e analisada criticamente por todos os níveis da IES. Deve existir um manual da qualidade abrangendo os requisitos dos padrões de qualidade de gestão e do sistema de ensino do Direito que possa orientar os gestores, docentes, técnicos administrativos, alunos e comunidade.

As IES devem fornecer informações necessárias ao preenchimento das exigências e o MEC faz a orientação sobre os itens da análise a serem considerados na avaliação, através dos padrões de qualidade com a definição dos níveis de qualidade.

Para alguns cursos, além dos padrões de qualidade, há também uma descrição, para a área respectiva, do cenário de cursos de graduação e pós-graduação no país, com indicadores de demanda e oferta de cursos, aspectos curriculares e, em áreas específicas, recomendações sobre laboratórios e referências essenciais.

Em um processo avaliativo, uma grande parte de setores são envolvidos, em especial, os que possuem ligação direta com a área acadêmica, seja como processo meio ou fim, seja como suporte acadêmico, cuja finalidade primordial é alcançar um ensino eficiente e de qualidade.

Ressalta-se que neste processo vários aspectos são avaliados, dentre esses os de maior relevância são: corpo docente, titulação dos professores, estrutura pedagógica, carga horária, grade curricular e infra-estrutura física.

⁴ Disponível no site: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/>>. Acesso em: 02 maio 2007.

Dentre os setores avaliados, encontra-se a biblioteca de uma IES. Considerada por muitos como o cerne, o coração da instituição.

Porém, como uma célula da instituição, é, portanto sujeita às mesmas normas e metodologias aplicáveis ao conjunto de organizações sociais dos dias atuais, são avaliadas com o mesmo rigor, conforme descreve Moreira (2003, p. 7),

Elas estão sendo transformadas de organizações centradas no acesso a informação, de depositárias de formatos impressos para organizações menos adotadas a idéia de lugar e a de documentos impressos. Estão relacionando usuários com informações disponíveis localmente ou acessíveis remotamente e capacitando usuários para tornarem-se mais auto-suficientes como buscadores de informação. A missão delas estaria mudando sempre foram vistas como elos da conexão dos investigadores com a informação requerida, mas os meios disponíveis para ampliar o sucesso da missão estão mudando dramaticamente. Como tal, o papel que correspondem às bibliotecas no processo de comunicação científica estão tornando-se pró-ativos, assertivos e cooperativos.

Bibliotecas em transformação, como lembra a citação acima, estão no processo de alcance de seu potencial, transformando-se do que são para alcançar o que pretendem ser. Estão preocupadas em aquilatar suas potencialidades, em analisar fortalezas e suas fraquezas, bem como em buscar alternativas estratégicas para atingirem objetivos e metas que garantam mais que sua sobrevivência o atingimento de sua missão, bem como o sucesso institucional.

Especificamente, na área jurídica, o curso de Direito, possui seus critérios delineados. Para os cursos de pós-graduação não há padrões específicos estabelecidos, as regras são estabelecidas através da Lei nº 9.394/1996 que rege o funcionamento de cursos de pós-graduação. Porém, como existe um processo avaliativo, recomenda-se a adoção dos critérios estabelecidos para os cursos de graduação em Direito.

Dentre os diversos critérios, os padrões de qualidade são estabelecidos e avaliados pela Comissão de Especialistas e descrevem em seu instrumento formal de avaliação, no Capítulo II, que trata dos assuntos relativos ao Projeto Pedagógico,

a Seção III, o Item da Infra-Estrutura a ser utilizada para o curso (existente ou na forma de projetos).

No item da infra-estrutura encontra-se a infra-estrutura da biblioteca é avaliada através da seção 3.2, onde são estabelecidos os critérios exigíveis que devem ser estruturados pela IES, com antecedência e analisados *in loco* pela Comissão de Especialistas do MEC.

A Biblioteca possui seus critérios específicos que variam de acordo com as áreas e os cursos. Para os cursos da área jurídica descrevem-se os seguintes critérios:

ITEM AVALIADO
Existência de títulos que atendam às referências bibliográficas das disciplinas dos cursos, assim discriminados: Tratados de Direito, obras clássicas de autores nacionais e estrangeiros e obras contemporâneas.
Existência de assinaturas correntes, renovadas ou aquisição de periódicos nacionais e estrangeiros na área.
Existência e previsão de Revista Jurídica da Instituição e periodicidade de suas publicações.
Existência ou previsão de espaço físico para o acervo.
Existência ou previsão de espaço físico para sala de leitura, trabalho individual e em grupo, reprografia.
Informatização do acervo e acesso a redes de informação.
Política de atualização e expansão do acervo.
Formas de utilização.

Os critérios de avaliação obedecem à medição por pesos cujos itens são mensurados através das variáveis:

Satisfatório. Insatisfatório. Sem Informação.

Existe uma escala de notas atribuídas a estes pesos que são medidos através das letras: **A B C D E**.

Estas notas são aplicadas tendo como base as variáveis descritas acima, que vai da escala satisfatória a sem informação, respectivamente da Letra A a E.

Critérios de Avaliação
A - todos os itens satisfatórios.
B - além do item a, 4 itens satisfatórios.
C - além do item a, 3 itens satisfatórios.
D - além do item a, 2 itens satisfatórios.
E - além do item a, 1 item satisfatório.

Para contemplar a avaliação são relatados pareceres que a Comissão julgar pertinente, no espaço destinado à Justificativa. E por fim, o parecer consultivo com o Conceito Global mínimo para o curso nos casos de autorização e reconhecimento:

AUTORIZAÇÃO no mínimo conceito C.

RECONHECIMENTO no mínimo conceito B.

Neste processo de autorização ou reconhecimento é necessário estabelecer políticas, padrões e procedimentos, a fim de que toda a missão pretendida institucionalmente possa ter a parcela de contribuição, em específico, as Instituições de Ensino Superior.

Face o objetivo desta pesquisa, salienta-se a importância da Biblioteca no processo em específico no estabelecimento e cumprimento das metas institucionais, política e padrões estabelecidos e elaborados.

Dentre os padrões adotados e obrigatórios para ser contemplado pela biblioteca está a elaboração e a execução da política de desenvolvimento de coleções que objetiva o estabelecimento qualitativo e quantitativo do acervo, visando contemplar os diferentes suportes informacionais, bem como a atualização e a racionalização dos recursos financeiros.

6 PROCESSO DE CHANCELAMENTO DA ESCOLA DE MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE

O processo de obrigatoriedade que as IES percorrem são comuns, porém podem mudar na forma: natureza (pública ou privada), modalidade da IES (universidade, centro universitário, faculdade e escola superior), suas particularidades, tais como missão, filosofia, objetivo do curso, atuação no mercado. Entretanto, os padrões de qualidade que são adotados e de medição são os mesmos para todas as instituições.

Não sendo diferente o processo para uma escola de ensino superior que tem como objetivo ofertar cursos de capacitação e atualização em nível de aperfeiçoamento e pós-graduação.

No anseio de se institucionalizar como uma IES credenciada pelo Ministério da Educação, a Escola de Magistratura do Rio Grande do Norte (ESMARN) buscou este credenciamento seguindo os critérios estabelecidos e obrigatórios. Salienta-se que a IES deve ser regulamentada e está em plena legalidade.

Tendo em vista a importância da ESMARN na sociedade norte-riograndense e brasileira segue uma breve explanação institucional a fim de melhor visualizá-la.

A Escola de Magistratura do Rio Grande do Norte (ESMARN) é parte integrante do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte. Inicialmente denominada Escola Superior da Magistratura do Estado do Rio Grande do Norte - ESMARN, foi criada pela Resolução nº 05, de 01.12.1988, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, publicada no Diário Oficial do Estado de 09.12.1988, com a missão de "promover cursos de preparação para a magistratura, atualização e aperfeiçoamento e especialização para magistrados, cursos jurídicos de extensão e, de forma auxiliar, cursos de aperfeiçoamento, atualização, treinamento e especialização de servidores".

Após dez (10) anos da publicação da Resolução nº 05/88, o Tribunal de Justiça do RN resolveu regulamentar o Curso de Formação Inicial dos Magistrados,

editando a Resolução nº 07/98, de 02.09.1998, alterando significativamente a estrutura normativa da Escola, inclusive a sua denominação, que passou a ser Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte - ESMARN, mantendo, entretanto, a sua missão institucional.

Tem como Missão (ESMARN, 2006),

Planejar, executar e desenvolver a política de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos para a magistratura, bem como, em íntima articulação com a Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça, promover a execução de política de capacitação e aperfeiçoamento do pessoal técnico-administrativo e de apoio às atividades auxiliares da Justiça.

Diante do breve histórico a de considerar que a ESMARN vem atuando no mercado há 19 (dezenove anos), desde 1988, e consolidou-se como uma instituição de ensino bastante respeitada e em sintonia com as evoluções do ensino jurídico no Brasil.

Em virtude do seu desenvolvimento nos últimos anos a ESMARN tendo como objetivo primordial a formação de alunos no Curso de Preparação à Magistratura (CPM), em nível de especialização, a mesma ainda não poderia cancelar os cursos ofertados, sendo assim, estabeleceu parceria com a Universidade Potiguar (UnP) para a certificação em nível de especialização. Não obstante a esta parceria, a ESMARN viu-se com necessidade de tornar-se independente e passar a ter autonomia para certificar os cursos ofertados.

Dentro desta realidade passou a trabalhar em prol do credenciamento da Escola junto a Secretaria Estadual de Educação e posteriormente ao Ministério da Educação.

6.1 CREDENCIAMENTO ESTADUAL

A ESMARN atualmente encontra-se no estágio de reconhecida em nível estadual, mediante a aprovação da Comissão Estadual de Educação (CEE), e se prepara para sua propositura junto ao Ministério da Educação, vislumbrando seu certificado validado em todo o território nacional.

Pode-se dizer que o referido processo teve como marco inicial, na época pelo então Diretor da Escola, Desembargador João Batista Rebouças, a proposta de análise e viabilidade da referida entidade pública de ensino superior obter para si o direito de cancelar seus cursos, em nível de pós-graduação.

Como descrito anteriormente, todo o processo de credenciamento exige a adoção de regras e padrões. Esta adoção requer uma sistematização do processo que deve ser cumprida através de etapas e para auferir critérios objetivos é relevante apresentar a instituição no seu todo.

Assim, a primeira etapa a ser analisada, foi o diagnóstico situacional, uma auto-análise.

Nesta etapa incipiente foram observados alguns tópicos relevantes:

- Histórico da instituição, onde deve levar em consideração os cursos oferecidos, o desenvolvimento do campo de abrangência de seu público alvo, as metas de gestão, o progresso da estrutura física e material, a produção acadêmica, dentre outras peculiaridades;
- Os cursos oferecidos, isto é, apresentação do leque de cursos em andamento pela instituição deixando explícito os objetivos, público, importância para a sociedade, quadro docente, grade curricular; análise de estrutura física, que deve conter dados de divisão do espaço, estrutura da biblioteca, informática, salas de aula e espaço de convivência;
- Análise de estrutura material, observando a qualidade dos equipamentos usados direta ou indiretamente na promoção das aulas, bem como toda estrutura material de apoio.

Neste contexto situacional, a biblioteca apresentou em forma de relatório informações relevantes:

- Relatório Quantitativo do acervo específico por sub-áreas;
- Relatório Quantitativo dos acervos gerais e afins;

- Relatório Quantitativo dos acervos de multimeios (periódicos, fitas de vídeos, CD Rom, VCD e DVD);
- Descrição do espaço físico para acervo, atendimento, internet, leitura individual, leitura grupal e individual em grupo;
- Descrição dos serviços de atendimento: empréstimo, devolução, renovação, reserva, salientando quais desses são on-line e via web;
- Descrição do sistema de informatização e gestão do acervo;
- Descrição do acesso a bases de dados e ao serviço de internet;
- Descrição do quadro funcional que compõe a biblioteca;
- Descrição dos serviços de apoio ao usuário: orientação e normalização bibliográfica, pesquisa, ficha catalográfica e aos trabalhos de conclusão de curso (TCC);
- Outros serviços desenvolvidos: formatação e normalização das revistas científicas e obras editadas pela escola.

Salienta-se que as informações descritas são pertinentes a cada instituição e o formato de apresentação deve ser em conformidade com o padrão institucional, que adotará o do sistema – MEC.

Após a auto-análise, foi iniciada a segunda etapa do processo. Munidos de todas as informações levantadas, o processo a ser elaborado voltou-se para uma ótica argumentativa acerca da credibilidade da instituição. Toda e qualquer informação acerca da instituição deve ser descrita, para que assim, seja possível o Conselho Estadual de Educação (CEE) visualizar o máximo possível da realidade da pleiteante.

Baseando-se na Resolução nº. 01/2001 que prevê a situação de cursos de pós-graduação para Escolas de Ensino Superior, a exemplo a ESMARN, diz em seus artigos 6º e 7º, respectivamente,

Art. 6º - Cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos ou por instituições de ensino superior ou por instituições especialmente credenciadas para atuarem nesse nível educacional independem de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento e devem atender ao disposto nesta resolução.

Art. 7º - Cursos de pós-graduação lato sensu ficam sujeitos a supervisão dos órgãos competentes a ser efetuada por ocasião do credenciamento da instituição.

A ESMARN remeteu o seu requerimento para a governadora Wilma Maia de Faria, visto se tratar da autoridade máxima do Estado. Este requerimento foi analisado pela governadora e de ofício encaminhado os autos à comissão de avaliação, considerando se tratar a ESMARN de parte integrante do Tribunal de Justiça do Estado.

Nesta etapa do processo não foi recebida a Comissão de Especialista *in loco*, podendo haver agendamento posterior para uma visita institucional.

A Biblioteca da ESMARN durante o processo adotou todos os padrões recomendados pelo MEC, bem como os critérios estabelecidos na política de desenvolvimento do acervo, principalmente nos critérios de seleção, observando a ótica da estrutura curricular dos cursos.

Importante salientar que, como pressuposto, a eficiência e transparência são de suma importância, como também a preparação prévia da IES para receber as Comissão de Especialista, juntamente com os documentos comprobatórios de todas as informações descritas nos formulários e requerimento enviado no início do processo.

Por fim, considerando que a ESMARN finalizou o processo, na instância estadual, a decisão que foi deferida pelo Conselho Estadual de Educação, através do processo nº. 005/2006 – CEE, em 19 de janeiro de 2007, se traduz a seguir:

Em face do exposto e à luz dos fundamentos legais aduzidos no corpo do parecer o relator expressa favoravelmente ao Credenciamento da escola de Magistratura do Rio Grande do Norte – ESMARN (...), e a conseqüente autorização para ministrar cursos de pós-graduação lato sensu, pelo prazo de 05(cinco) anos, devendo ser encaminhado a este conselho os respectivos projetos político-pedagógicos, de cada curso, bem como os seus relatórios finais (SANTOS, 2007, p 3).

O referido despacho fundamentou-se principalmente no fato que a Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte integra o Sistema Estadual de Ensino e na constatação da credibilidade da Escola junto à sociedade norte-riograndense.

Quanto à análise da Biblioteca esta recebeu o peso máximo, mediante as informações e conformidades adequadas, tendo sua conceituação satisfatória.

Para seu credenciamento nacional a ESMARN terá que submeter os projetos pedagógicos dos cursos à instância superior, que atualmente é vinculada a ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, de acordo com a Resolução nº 2 de outubro de 2007.

7 CONCLUSÃO

Importante observar que em um processo de Credenciamento junto ao Ministério da Educação, o seu cancelamento requer certo tempo e atendimento aos critérios estabelecidos.

No caso da ESMARN por já atuar como uma escola de ensino, este processo internamente foi institucionalizado facilitando assim sua aceitação e colaboração interna por parte dos envolvidos.

Todavia destaca-se a importância que este cancelamento e credenciamento junto ao MEC representa para a ESMARN, bem como para os seus alunos, uma maior credibilidade, responsabilidade, eficiência e ampliação da qualidade já existente nos cursos oferecidos.

Por fim, ressalta-se que a ESMARN é a segunda instituição no âmbito das Escolas de Magistraturas, em contexto nacional, a ser credenciada para ofertar e cancelar cursos de pós-graduação.

PROCEDURE FOR ACCREDITATION OF SCHOOLS MAGISTRATURAS FOR RECOGNITION FROM THE MINISTRY OF EDUCATION

ABSTRACT

The research aims to describe the procedures necessary for accreditation with the Ministry of Education, educational institutions, belonging to the government, specifically those linked to the organs of justice, namely the School of Magistracy, for purposes of promotion and self-chancelamento of post-graduate broadly. For the purpose of research has been conducted documentary research and exploration, about the legislation applied for accreditation of institutions of higher education concerning the criteria required by the Department of Higher Education (Sesu), linked to the Ministry of Education (MEC). And finally, the process of chancelamento the School of Magistracy of Rio Grande do Norte.

Keywords: Accreditation of MEC. Schools Magistraturas. Standards of Quality.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilsen Maria. **Gerenciamento da informação**: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial. São Paulo: Atlas, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e dos Desportos. Disponível no site: <<http://portal.mec.gov.br/>>.

BRASIL. Ministério da Educação e dos Desportos. **Parecer CNE/CES nº 254/2002**: aprovado em 4 de setembro de 2002. Consulta sobre a Resolução CNE/CES 1/2001, de 3/4/2001, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. Disponível no site: <<http://portal.mec.gov.br/cne/>> . Acesso em 02 maio 2007.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Desenvolvimento e avaliação **de coleções**. 2. ed. Rio de Janeiro: Thesaurus, 1998.

LANCASTER, F.W. **Avaliação dos serviços de bibliotecas**. Brasília: Brinquet de Lemos, 2004.

LÊ COADIC, Yves – François. **A ciência da informação**. Brasília: Brinquet de Lemos, 1996.

LINHARES, Milton. Parecer. 0171/SOS. **Processo nº: 23001.000171/2004-66**. Disponível no site: <<http://portal.mec.gov.br/cne/>>. Acesso em: 02 maio /2007.

MOREIRA, Arthur da Silva. **Projeto pedagógico e biblioteca**: Um casamento mais que desejável, necessário. Disponível no site:<<http://www.ofaj.com.br>>. Acesso em 23 de maio de 2006.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ímpetos, 2003.

VALETIM, Marta P. **Profissionais da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000.

VERGUEIRO, W. **Seleção de materiais de informação**: princípios e técnicas. 2 ed. Brasília: Brinquet de Lemos, 1997.